

ATLAS (E GLOSSÁRIO) DE ESTRUTURAS HÍBRIDAS PRODUZIDAS PELA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA ORIENTAL



Revista
Desafios

Artigo Original
Original Article
Artículo Original

ATLAS (AND GLOSSARY) OF HYBRID STRUCTURES PRODUCED BY THE URBANIZATION OF THE EASTERN AMAZON

ATLAS (Y GLOSARIO) DE ESTRUCTURAS HÍBRIDAS PRODUCIDAS POR LA URBANIZACIÓN DE LA AMAZONÍA ORIENTAL

Ana Claudia Cardoso^{*1}, Cristina Lima Cardoso²

¹Docente, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

²Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

*Correspondência: acardoso@gmail.com

Artigo recebido em 22/01/22 aprovado em 06/09/22 publicado em 30/12/22.

RESUMO

Este texto oferece representações espaciais (o atlas) sobre o município de Santarém, atreladas a verbetes (o glossário) vinculados ao espaço amazônico paraense, para demonstrar o quanto a representação das dinâmicas socioespaciais e territoriais, inerentes ao processo de urbanização tardia na Amazônia, pode evidenciar desdobramentos socioambientais. As representações foram baseadas em análises de coletâneas de mapas, dados cartográficos institucionais, softwares e plataformas online gratuitas e em dados de campo e de bases de pesquisa. O resultado consiste na produção de seis verbetes ligados ao espaço periurbano da Amazônia Oriental, ao manejo e preservação ambiental, à multiescalaridade e à resistência dos povos que habitam estes territórios e suas representações. A pesquisa revelou a coexistência de arranjos sociais complexos e diversos e uma dialética rural-urbano, aos quais se sobrepõem questões de (re) existência, frente a degradação ambiental e violência simbólica, camponesa e população tradicional distribuída no território do município estudado, mas análogas a outras inúmeras outras situações de pressão pela produção de commodities.

Palavras-chave: Representações; Periurbano Amazônico; Sociobiodiversidade.

ABSTRACT

This text offers spatial representations (the atlas) about the municipality of Santarém, linked to entries (the glossary) related to the Amazonian space in Pará, to demonstrate how the representation of socio-spatial and territorial dynamics, inherent in the process of late urbanization in the Amazon, can highlight socio-environmental developments. The representations were based on analyses of map collections, institutional cartographic data, free software and online platforms, and on field data and research bases. The result consists of the production of six entries linked to the peri-urban space of the Eastern Amazon, to environmental management and preservation, to multiscale and to the resistance of the peoples who inhabit these territories and their representations. The research revealed the coexistence of complex and diverse social arrangements and a rural-urban dialectic, to which issues of (re) existence are superimposed, facing environmental degradation and symbolic violence, peasant and traditional population distributed in the territory of the municipality studied, but analogous to other countless other situations of pressure by the production of commodities.

Keywords: Representations; Amazonian Peri-urban; Sociobiodiversity.

RESUMEN

Este texto ofrece representaciones espaciales (el atlas) sobre el municipio de Santarém, vinculadas a entradas (el glosario) relacionadas con el espacio amazónico de Pará, para demostrar cómo la representación de las dinámicas socioespaciales y territoriales, inherentes al proceso de urbanización tardía en la Amazonia, puede mostrar la evolución socioambiental. Las representaciones se basaron en análisis de colecciones de mapas, datos cartográficos institucionales, software libre y plataformas en línea, y en datos de campo y bases de investigación. El resultado consiste en la producción de seis entradas vinculadas al espacio periurbano de la Amazonía oriental, a la gestión y preservación ambiental, a la multiescalaridad y a la resistencia de los pueblos que habitan estos territorios y sus representaciones. La investigación reveló la coexistencia de complejos y diversos arreglos sociales y una dialéctica rural-urbana, a la que se superponen cuestiones de (re)existencia, frente a la degradación ambiental y la violencia simbólica, de la población campesina y tradicional distribuida en el territorio del municipio estudiado, pero análoga a otras innumerables situaciones de presión por la producción de mercancías.

Descriptores: Representaciones; Periurbano amazónico; Sociobiodiversidad.

INTRODUÇÃO

A prática da Cartografia institucionalizada pelo estado e pelo capital tem os mapas como cúmplices que contribuem para a sua estabilização e legitimação, e para a produção da história do colonialismo e nacionalismo. Mapas são dispositivos que não apenas localizam, mas também colocam propriedade, direitos e normas sociais em um dado lugar (HALDE et al, 2018). Contudo, o progresso da ciência da computação e da informática, e das representações a partir de dados geo-referenciados elevaram os padrões espaciais e os atributos morfológicos para além de meros registros das distribuições geográficas (MARTINELLI, 2011). Mapas informados pelos sujeitos tornaram possível o diálogo entre o que é visto, apreendido e percebido no espaço, para além do espaço concebido pelas representações oficiais (LEFEBVRE, 2001 [1968]), e que foram complementados por outras linguagens, como os infográficos, para adicionar informações e estimular o leitor. Nesta perspectiva, este artigo oferece chaves para a caracterização de estruturas espaciais de municípios paraenses, por meio de representações e de um glossário provocativo, que aproveita o debate entre sociedade e natureza e sobre

desigualdades e vulnerabilidades existentes no município de Santarém. Trata-se de representações multiescalares, baseadas em informações oficiais e de moradores, de um espaço híbrido, composto por múltiplas camadas (geomorfológicas, sociais, políticas, espaciais, econômicas) e temporalidades diversas (coexistência de modos de vida tradicionais e práticas urbanas), que necessitam de uma representação que reconheça e evidencie suas particularidades (VICENTE, CARDOSO, 2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico apoia-se nas contribuições dos anos 1990 de movimentos populares colaborativos contra as narrativas hegemônicas, produzidas nas sociedades ocidentais urbano-industriais, e nas contribuições contemporâneas que combinam novas tecnologias de representação, como o georreferenciamento e o geoprocessamento em resposta ao ideário desenvolvimentista (HALDER et al, 2018; www.novacartografiasocial.com.br)

Para dar visibilidade às conexões entre espaços urbano, periurbano e rural e analisar a estrutura espacial do município foram utilizados: dados

cartográficos (*shapefiles*), disponibilizados em sites governamentais (IBGE, SICAR, FUNAI, INCRA, DNIT e IBAMA), combinados com dados fornecidos pela população (depoimentos, biografias e mapas mentais do acervo acumulado no grupo de pesquisa, além da parceria com pesquisadores da UFPA baseados nas comunidades e na colaboração de Sousa e Cortes (na UFOPA); e o mosaico de imagens de satélites e de aerolevantamentos disponível na ferramenta Google Earth. Os recursos gráficos utilizados foram produzidos com os softwares QGIS e AUTOCAD, para a elaboração dos mapas e a plataforma online de conteúdo visual CANVA, para a elaboração do layout e diagramação dos quadros.

OS VERBETES E AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA PARAENSE:

Os verbetes têm um caráter informativo em dicionários ou enciclopédias. Neste artigo seis verbetes complementares contam com abordagem conceitual e empírica para oferecer melhor entendimento e apoiar a reflexão do/sobre o espaço paraense, a saber: periurbano na Amazônia Oriental; espaço híbrido; multiescala; desvanecimento de modos de vida; a resistência de quem habita o periurbano; e trama dos povos da floresta.

Os verbetes questionam os velhos paradigmas de caracterização do espaço municipal a partir da lógica urbano-industrial, baseada em dicotomias, tais como: campo e cidade, urbano e rural, artificial e natural. Os verbetes assumiram as representações Lefebvrianas do espaço concebido, percebido e vivido (LEFEBVRE, 2001 [1968]), para melhor expor as contradições e as necessidades enfrentadas pelas populações de rios e florestas já investigadas pelo Grupo de Pesquisa Urbana. Outros aportes teóricos advêm da crítica da Ecologia Política Urbana (EPU) ao debate sobre sociedade e natureza que desconsidera os impactos da manutenção do metabolismo urbano e as modificações

e/ou perdas das relações entre cidade e natureza, conforme contribuições de Brenner (2014), Wachsmuth e Ângelo (2014,2018 e 2019) e Ramos (2014 e 2015). Para fortalecer a perspectiva do modo de vida tradicional e o direito de permanência no território, somam-se às referências citadas, os princípios para a sustentabilidade de Leff (2001e 2002); e as orientações de Ocanã et al (2018) e Madruga (2020) sobre como denunciar a violência simbólica e a dominação histórica impostos à região desde uma perspectiva da descolonização do pensamento.

1. O Periurbano na Amazônia Oriental:

Oferece uma representação bidimensional do Periurbano Santareno, construída a partir do debate de Nakano (2011) e Miranda (2008) sobre o que é periurbano, e de Gomes et al (2017) para o contexto em estudo. Originalmente, o conceito Periurbano relacionou processos históricos de urbanização e suas especificidades, na constituição de uma dialética entre áreas rurais, urbanas e de transição; todavia as nomenclaturas técnico-conceituais que exploram, delimitam e caracterizam esses espaços, ainda contam com dificuldades semânticas para identificar precisamente essas áreas (MIRANDA, 2008), destacando-se que a formação espacial de cada lugar deve ser considerada. Da perspectiva do contexto urbano industrial brasileiro, Nakano (2011) atribui a condição periurbana aos municípios não metropolitanos [assumindo como referência a metropolização por conurbação, que não é o caso de Santarém], que apresentam grande diversidade de usos da terra e possuem grandes extensões territoriais e baixa densidade populacional, onde em geral há concentração de famílias com baixa renda, tendência para recepção de migrantes e forte presença de atividades de subsistência. Desde o Instituto Polis (SP), Nakano (2011) distingue este universo, que ele

classifica como periurbano, dos centros e regiões de maior pujança econômica do país, considerando-o como aquele que é formado nas bordas de áreas urbanas dispersas no território nacional, por onde se espalham grupos populacionais, demandas sociais e assentamentos precários [carentes de tecnologias disponíveis nas metrópoles], muitas vezes imbricados com diversos tipos de atividade rurais agrícolas e não agrícolas, realizadas tanto por grupos empresariais quanto por agricultores familiares.

Para Miranda (2008), que fala da Região Metropolitana de Recife, destacam-se dois tipos diferentes de periurbano, que são o Urbano-Periurbano e o Periurbano-rural. Segundo a autora, o Urbano-Periurbano caracteriza-se como área de transição que sofre maior pressão das dinâmicas socioespaciais características do processo de urbanização, e o Periurbano-rural, seria composto por áreas que apresentam menos pressão do urbano e menos dinamismo; estão principalmente relacionados com o lugar de moradia de população agrícola desruralizada, que continuam vinculadas às atividades agrícolas; apresenta significativos ativos ambientais, mananciais e reservas ecológicas que são importantes limitadores do processo de urbanização.

Miranda (2008) considera ainda que, as áreas de transição rural-urbana são espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais, com dispersão e fragmentação de usos e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano.

Gomes et al (2017) dizem que no contexto amazônico o espaço periurbano constitui-se em território de disputa entre aqueles que já estavam estabelecidos ali originalmente, e que seguem uma estratégia de produção compatível com a preservação da floresta

viva, e os produtores do espaço urbano que lucram com o processo de expansão contínua e ilimitada da mancha urbana. A disputa e resistência para permanência no espaço, presentes na forma difusa como ambientes urbanos, rurais e naturais se entrelaçam na Amazônia, tendem a ser muito simplificadas pelas estratégias de representação, impedindo a compreensão de que há uma formação territorial híbrida, uma vez que a integração econômica e espacial da região, ainda não promoveu a completa transformação de modos de vida (do mercantil/extrativista para o industrial) ou possibilitou o pleno controle da natureza, como requer a lógica industrial (CARDOSO; CARDOSO, 2020). Somando a essa abordagem Vicente (2021) considera que os espaços periurbanos caracterizam-se como locais de transição, mediação e ao mesmo tempo de conflito entre lógicas distintas de apropriação do espaço e cuja morfologia constitui o espaço da borda da cidade, que apresenta características sobrepostas de cidade e de campo e, em termos social e simbólico, misturam práticas e signos do urbano e do rural. Trate-se de um local de disputa e coexistências, expressa de modos distintos em cada realidade (VICENTE, 2021). Estas abordagens pontuam características e destacam a observação *in loco* como base para a geração de representações. Na figura 01 o periurbano santareno é representado como um território permeado por vilas e comunidades, habitado por camponeses de matriz tradicional, povos indígenas e quilombolas que foram socialmente excluídos dos processos de urbanização do século XX (CARDOSO et. al. 2017). Em geral estes povos mantêm um arranjo espacial de cooperação com a floresta e entre si, onde o modo de vida depende da biodiversidade; são herdeiros dos modos de vida pré-colombianos, que conforme estudos arqueológicos recentes de civilizações pré-colombianas amazônicas, eram profundamente integrados com a natureza, costumavam viver próximo

aos rios e retirar sustento das várzeas, e estar interligados formando organizações urbanas complexas, com sistemas de aproveitamento,

distribuição de água e manejo da floresta (LOPES, 2017; SOUZA et al.2018).

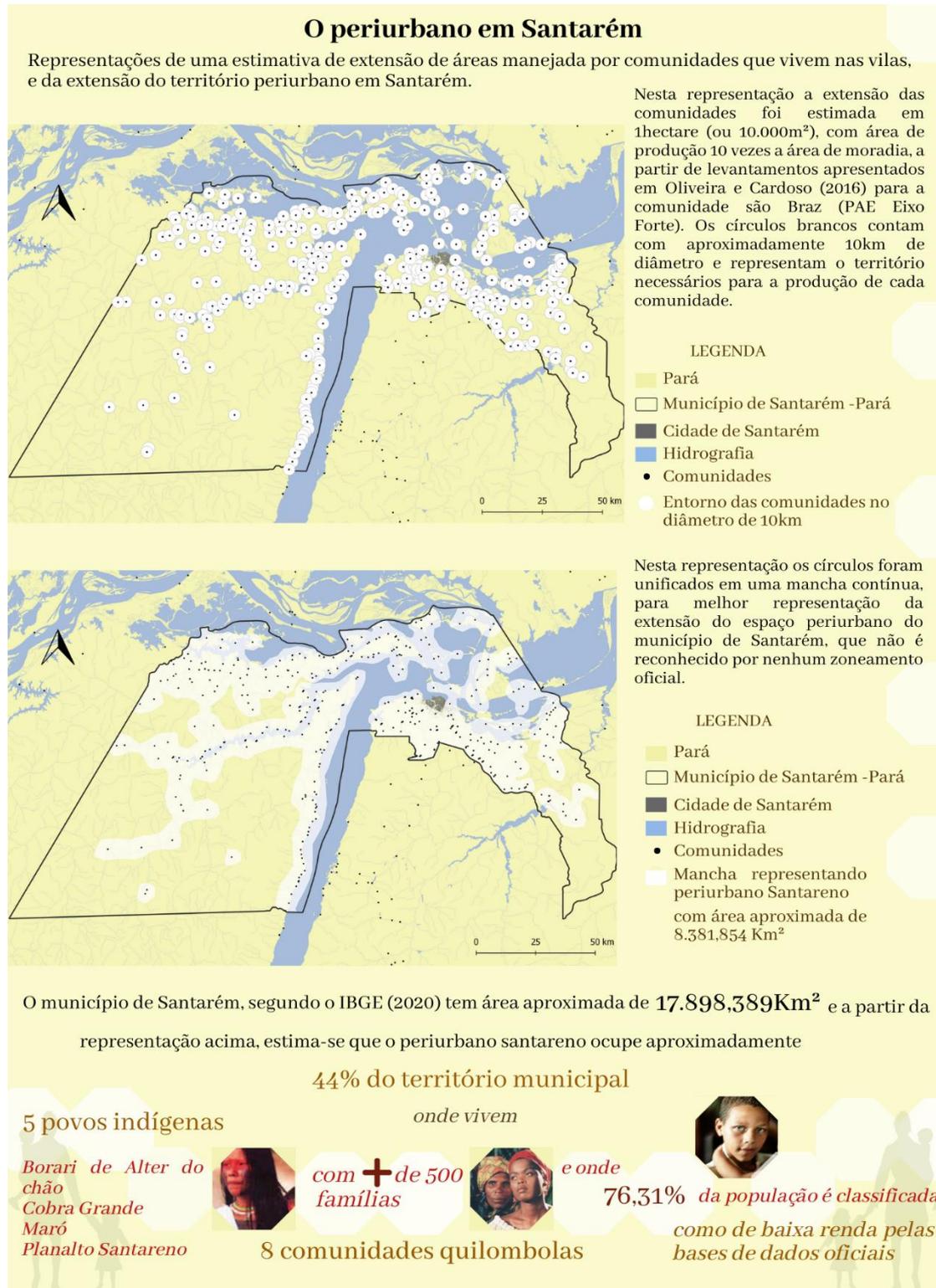


Figura 01: Representação atrelada ao verbete 1, que tem como foco principal a extensão e povos habitantes do periurbano santareno.

Fonte: IBGE (2015 e 2020), DNIT (2020), SICAR (2020) STTR (2016), Censo Demográfico (2020), FUNAI (2020). Elaborado pelas autoras, 2021.

Até a década de 1950 a rede urbana amazônica foi organizada a partir dos rios e havia uma grande dependência das pequenas cidades em relação à Belém, a metrópole portuária (CORRÊA 1987). A representação da figura 2 destaca os espaços de vida e produção das comunidades dispersas no território do município, que resistem graças à imobilização de terras públicas por arranjos institucionais que serão mencionados no item 2. A extensão do território ocupado pelas comunidades, chamadas de rurais, que se articulam entre si e com o mercado e as feiras da cidade, nunca foi representada ou reconhecida nos zoneamentos do plano diretor do município (PMS, 2018), invisibilizando tais territórios, cobijados pela produção de commodities.

2. O Periurbano da Amazônia oriental e a sua inter-relação com a manutenção e manejo do meio ambiente:

Neste periurbano os recursos primários definem o sustento das comunidades por meio do extrativismo, pesca artesanal, roça, criação de animais e produção de artesanato com materiais da floresta. Nos dados oficiais estas atividades são aglutinadas na categoria genérica agricultura familiar, que pressupõe que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1996). Contudo, a associação entre família-produção-trabalho assume diversas formas sociais no tempo e no espaço, tipicamente camponesas, mas cuja produção é vendida na feira da cidade mais próxima. Nesse arranjo, os filhos jovens participam do trabalho, os filhos já adultos deixam a propriedade dos pais e constituem suas próprias famílias mantendo a relação no campo, muitas vezes por carência de áreas, passam a ocupar parte da área já manejada por seus pais. Além do extrativismo, há uma combinação da criação de

animais, que fertilizam os solos, e o cultivo; essa fertilização natural favorece a recuperação do solo, e reduz os deslocamentos em busca de áreas de cultivo; nessa concepção o patrimônio transmitido mais significativo é o conhecimento subjacente ao próprio modo de vida (ALTAFIN, 2007). Oliveira e Cardoso (2020) pontuam que na região do Baixo Tocantins era normal as famílias terem moradia na cidade e na várzea; a primeira permitia o acesso aos serviços básicos e facilitava a comercialização dos produtos excedentes na feira da cidade, e a segunda servia para apoio ao trabalho extrativista desenvolvido pela família. Ainda a esse respeito Trindade Jr (2009), destaca a forte relação com o rio, não apenas pela proximidade, mas principalmente pela interação funcional, definida pela mobilidade fluvial, pela subsistência material (fonte de alimentos), e pela importância simbólica no imaginário sociocultural.

Por não serem interessadas no trabalho reconhecido pelas políticas públicas de matriz urbana, tais famílias foram consideradas ingênuas, inferiores, preguiçosas e deixadas por muito tempo à margem de políticas públicas, sejam de apoio à produção, sejam para acesso a equipamentos ou infraestrutura. A luta por terra e em defesa de territórios identitários tornou-se forte na década de 1980, por meio de movimentos sociais que geraram políticas que associaram a proteção ambiental, reconhecimento identitário e designação territorial, e visibilizaram a sociobiodiversidade brasileira, por meio de vários instrumentos legais para defesa de seus direitos, como demarcações de unidade de conservação, de projetos de assentamento agroextrativista, de terra indígena e outros (OLIVEIRA, 2020). Neste cenário de reivindicações e organização de movimentos sociais, foi viabilizada a criação de projetos de assentamentos especiais no Pará, por meio de negociações entre o

INCRA, o SPU, o MMA, a FUNAI e a Fundação Palmares; de tipologias de proteção socioambiental (ex: RESEX); e o financiamento da produção nos assentamentos, via PRONAF; a aprovação de leis específicas, como a Lei Estadual nº 11.326 e do Programa Nacional de Agricultura Familiar, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, e o manejo sustentável do território. Foram estabelecidos mosaicos de territórios que respondem por formas camponesas diversas, abrangendo agricultores familiares, populações tradicionais e povos originários. Apesar de suas potencialidades para o abastecimento municipal, ainda não são vistos como atores sociais a serem respeitados e apoiados (ALTAFIN, 2007).

Neste periurbano, os assentamentos e comunidades rurais são justapostos, próximos ou inseridos em áreas de proteção socioambiental (Resex) ou ambiental (Flona) (ver figura 02). Há comunidades onde toda a população pertence a um povo indígena que não teve o benefício da demarcação de suas terras, como é o caso dos Borari, que vivem na vila de Alter do Chão e em outras vilas inseridas na APA Alter do Chão e no PAE Eixo Forte (RODRIGUES, 2021). Nestas áreas de transição entre o urbano e o rural há uma complexa luta pela terra, envolvendo lideranças comunitárias, movimentos sociais, agentes imobiliários, e os setores do turismo e do agronegócio. Vale ressaltar que o “assentamento” foi uma estratégia de imobilização de terras públicas para a permanência na terra de famílias que já viviam nela há muito tempo, e que passaram a enfrentar uma situação conflituosa após a introdução das novas atividades produtivas. Todavia, há carências de infraestrutura, assistência técnica, apoio à produção, etc., nos assentamentos, limitando a qualidade de vida da sua população (BRUNO E MEDEIROS, 1998). Por outro lado, os sistemas de produção praticados neste mosaico institucional têm afinidade com os princípios da agroecologia, que

justificam uma maior atenção da gestão municipal para suas potencialidades socioeconômica e ambiental contra a ameaça crescente de degradação ambiental e exclusão social. A Agroecologia oferece alternativas sustentáveis em substituição às práticas predatórias da agricultura capitalista e à violência com que a terra é forçada a dar frutos (LEFF, 2001), assume o solo como suporte à vida e aos sentidos da existência, por meio da cultura, da diversidade e da identidade, aspectos capazes de dar a cada parcela singularidade para além das diferenças dadas pela localização geográfica e suas condições geofísicas e ecológicas (LEFF, 2001, p.37-38).

Ao articular ciências, técnicas, práticas e valores culturais, o paradigma da agroecologia favorece a produção ecologicamente sustentável e valoriza o bem comum e o equilíbrio ecológico do planeta, tornando-se ferramenta para a autossustentência e a segurança alimentar na escala local (LEFF, 2002). Essas práticas são adotadas em comunidades no município de Santarém (ver figura 03), que levaram a uma maior diversidade de espécies nas áreas de produção, ampliaram oportunidades de geração de renda, e acesso ao crédito governamental (Observatório Odisseia, 2020). Atualmente o município conta com seis cooperativas que fornecem produtos para alimentação escolar - Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém (Cooprusan), Cooperativa da Agricultura Familiar de Boa Esperança (Coopboa), Associação das Cooperativas Agroextrativistas do Oeste do Pará (Acosper), Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (Coomaplas), Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar (Coopafs), e Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra (Coopromubel), assegurando assim o consumo de alimentos in natura e/ ou minimamente processados para a garantia da segurança alimentar (MOTA, SILVA & PAULETTO, 2021), como

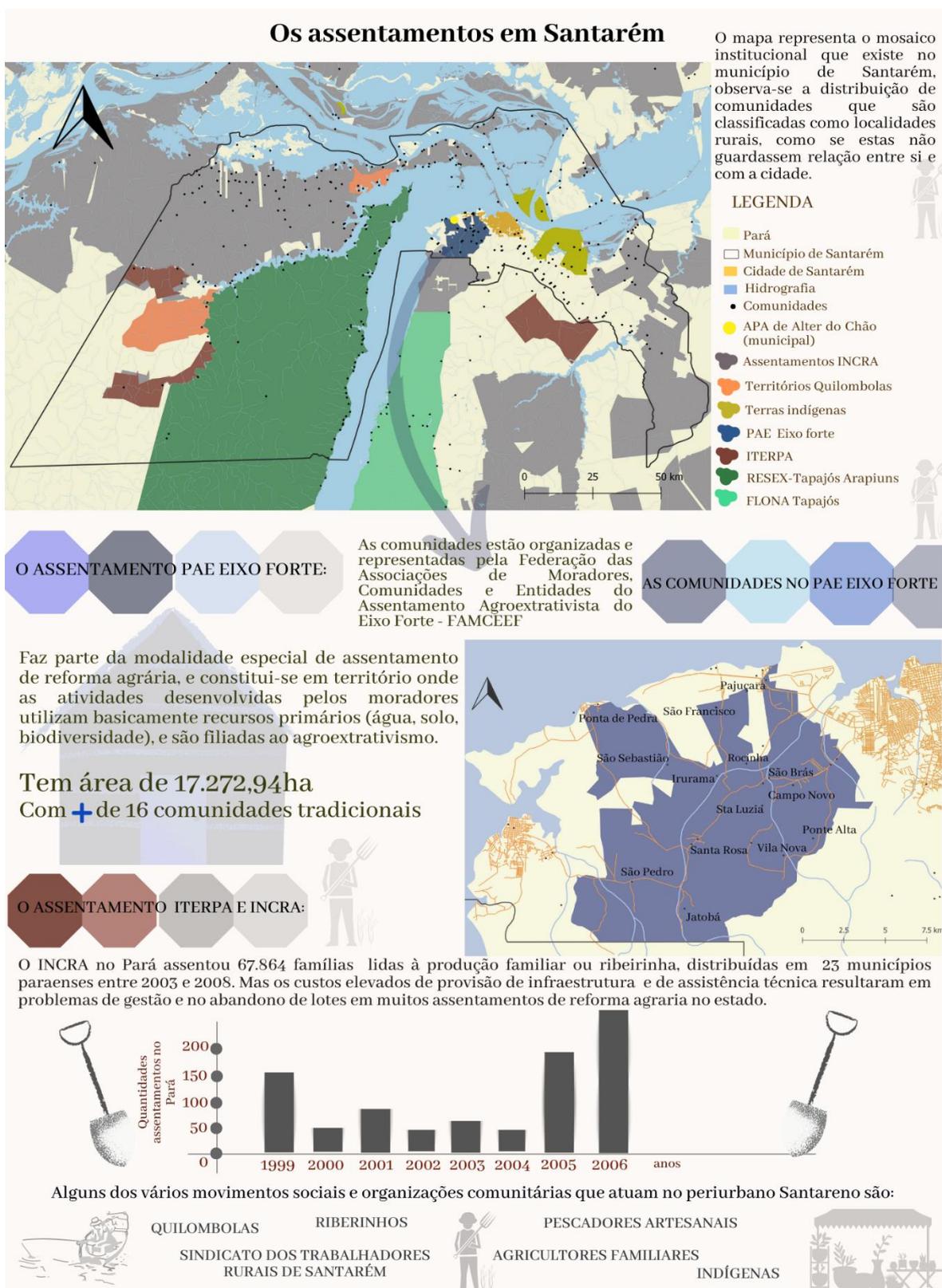


Figura 02: Representação atrelada ao verbete 2, que tem como foco principal são os assentamentos na região de Santarém. **Fonte:** IBGE (2015), DNIT (2020), SICAR (2020) INCRA (2019), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém-STTR (2016), SILVA et. al. (2017), SALADA (2020), MAIA et. al. (2017), SIPRA (2009). Elaborado pelas autoras, 2021.

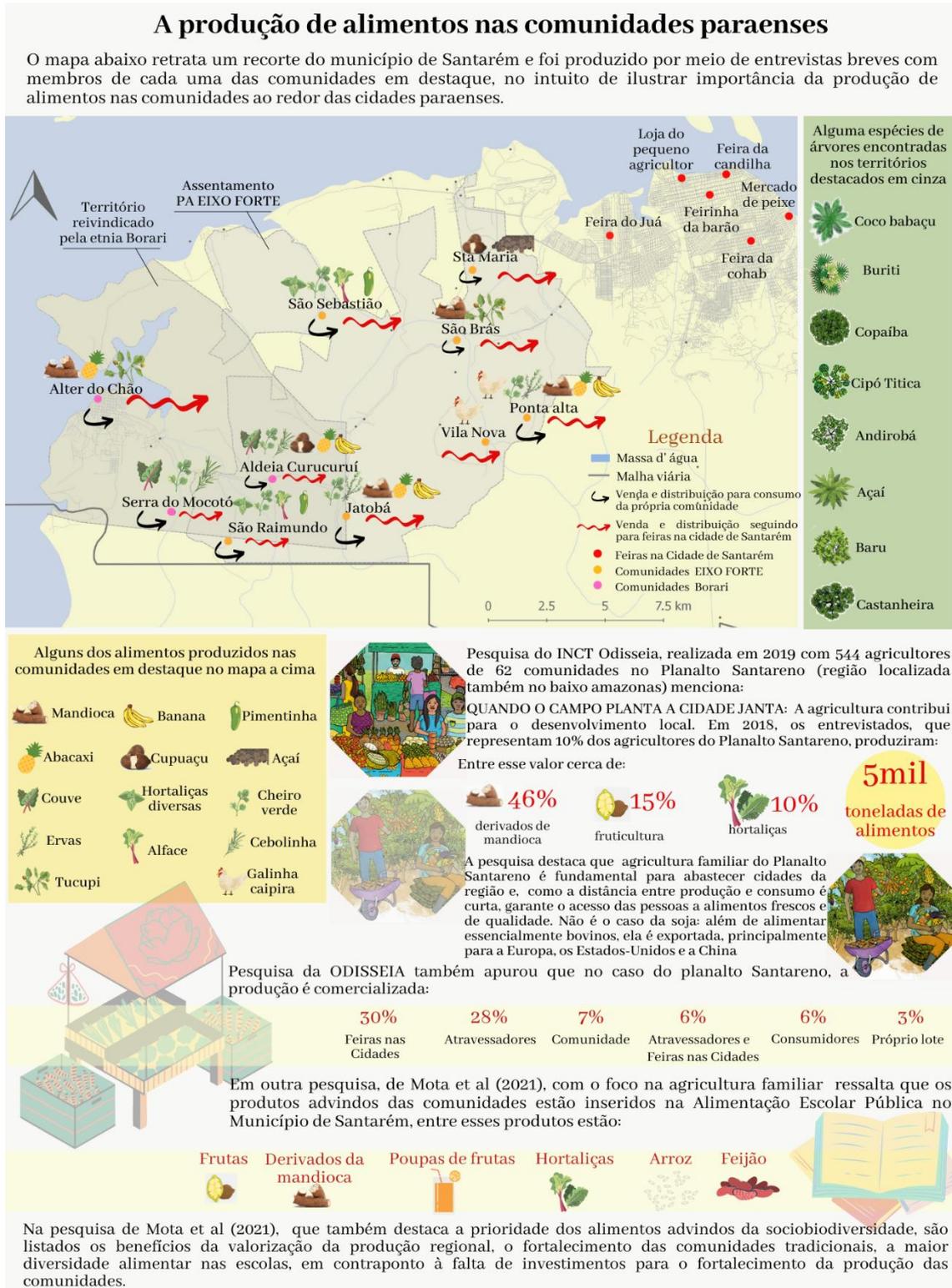


Figura 03: Representação atrelada ao verbete 2, que tem como foco principal é a produção alimentar das comunidades na Amazônia paraense. **Fonte:** IBGE (2015), DNIT (2020), SICAR (2020) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM-STTR (2016), MOTA et al (2021), SILVA (2017), Resultados da pesquisa “Consolidando a agricultura familiar” (2019) STTRs Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra e INCT Odisseia (Nº 16-2014). Elaborado pelas autoras, 2021.

resultado de crescimento da política do Programa Nacional de Alimentação Escolar, implementada no município em 2010. Em meio a constantes mudanças no uso da terra, à modernização agrícola e às alterações ambientais,

crece a importância da permanência dessas comunidades para a conservação da agrobiodiversidade e memória biocultural (TOLEDO, BERRERA-BASSOLS, 2015). Contudo, entre 1990 a 2010 a área destinada à plantação de produtos alimentícios diminuiu, enquanto cresceu a área de cultivos dirigidos para a exportação e fins industriais, como ração, energia, papel e celulose (SCHIAVINATTO, 2016). O tema de soberania territorial e alimentar está intimamente ligado à luta pela preservação de territórios e modos de vida dos agricultores familiares, camponeses, indígenas e populações tradicionais, assim como ao debate para construção de novos sistemas produtivos, às questões de sustentabilidade e de gênero e à distinção entre alimento e mercadoria, à visão do alimento como direito cuja produção não deve visar lucro, mas acesso (SCHIAVINATTO, 2016).

3. O espaço híbrido e a Multiescala:

As interpretações históricas do espaço baseadas em processos típicos da produção capitalista tendem a contrapor urbano e rural ou cidade e campo nos termos expostos por Villaça (1998). Contudo na realidade complexa e diversa da Amazônia paraense, há simultaneidade de temporalidades e formas de vida, que geram e legitimam coexistências. Mesmo Lefebvre (1969) fala do mundo rural como o lugar onde a condição de vida é marcada por disposição técnica precária, pelo trabalho para subsistência, mas que não está isento das contradições que permeiam o capitalismo. Por outro lado, a distinção entre cidade-campo é questionada pela perspectiva do manejo contínuo da paisagem herdada dos povos originários (LOPES, 2017); observa-se a explosão da cidade e o entrelaçamento de seus usos e tipologias às manchas de ruralidade, reeditando a antiga conexão urbano-rural amazônica, pela criação dos despossuídos de terra mediante o avanço das novas atividades produtivas ligadas à matriz urbano-industrial.

Neste espaço híbrido, urbano e rural coexistem, articulados por meios técnicos e naturais. Swyngedouw (2009) parte dos princípios da Ecologia Política Urbana para explicar que dinâmicas sociais e econômicas transformam o meio, criando novos arranjos socioespaciais, que coexistem e mesclam sociedade e natureza em sacionaturezas. Nesse sentido a formação histórica do território paraense e a produção a partir dos produtos da floresta, integraram as cidades às suas áreas de influência - vilas, comunidade e/ou ilhas, gerando arranjos pouco reconhecidos como manifestações de um tipo de urbano menos dependente da industrialização. As comunidades rurais se abastecem e acessam serviços, e mantêm estratégias produtivas que dependem do rio (facilitando a pesca, obtenção de água e locomoção), ou do quintal (para viabilizar a coleta de frutos, cultivo de ervas medicinais, criação de animais), da roça (para a plantação de alimentos) e da mata (para o extrativismo, caça e etc.), segundo sistemas identificados por Gonçalves (2005) como Rio-Várzea-Floresta ou Loureiro (2014) como Rio-Mata-Roça-Quintal. Para compreender este espaço amazônico é preciso assumir um olhar multiescalar, inspirado nas diferentes esferas de vida apontadas por Lefebvre – global, intermediária e local (2001[1968]). Isto pode ressignificar os conceitos rígidos de rural, urbano e periurbano. Em termos de representação a macro escala prioriza a logística para exportação e as transformações no município, a escala intermediária identifica os mosaicos e arranjos espaciais que envolvem as comunidades e a escala local esquematiza a organização espacial da vida cotidiana, em sua relação com a floresta. Nesta pesquisa a multiescalaridade expõe relações entre população, meio e uso da terra nos múltiplos níveis. Revela articulações sacionaturais no espaço da vida cotidiana, abrangendo formas de morar, produzir e manejar a floresta, locais de venda e de práticas de sociabilidade que articulam as escalas, de modo a qualificar o debate acerca das reivindicações e problemáticas em que estão imersas as comunidades periurbanas. A figura 04 destaca o caso da expectativa de reconhecimento e demarcação do território do Povo Borari, que vem sendo pressionado por processos

de disputa capitalista pela terra para avanço do turismo e do setor imobiliário. Rodrigues (2020) relatou a partir de entrevistas com moradores Borari de Alter do Chão, que a terra para eles era vista originalmente como um bem comum a todos; foi a ação institucional externa que os expulsou do seu território. Em 1758, a vila jesuíta de Alter do Chão foi criada sobre o território da aldeia, e na década de 1970 ocorreu a primeira tentativa de retirada dos indígenas, por ocasião da criação do distrito administrativo em Alter do Chão, após a implantação da rodovia PA 457. A conexão entre a vila e a sede municipal acelerou as mudanças, e o confinamento das famílias indígenas em algumas vilas e pedaços de terra da periferia da vila de Alter do Chão, enquanto os hotéis, atividades ligadas ao turismo e ao mercado imobiliário tomavam a margem do Rio Tapajós. Em 2003 o Povo Borari requereu o oficialmente reconhecimento do polígono apresentado na figura 04 como território indígena, e permanece sem resposta. Evidencia-se o conflito entre modernidade e preservação socioambiental; enquanto o manejo do território depende do acesso aos recursos primários, as novas políticas públicas condenam as tipologias tradicionais ao desaparecimento, por elas não se encaixarem nas formulações e padronizações preferenciais do desenvolvimentismo brasileiro (CARDOSO, et. al., 2020). Em 2021 esta discussão está melhor articulada com justiça e inclusão socioambiental no âmbito dos organismos internacionais ligados com a emergência climática (JACOBI et. al., 2020). Os processos desenvolvimentistas também invisibilizam as práticas de mobilidade híbridas que acontecem neste espaço periurbano. A figura 05 registra a dificuldade de acesso à cidade (e aos serviços básicos que são concentrados nela, como educação e saúde), e de distribuição e venda de produtos agrícolas e artesanais, oriundos das comunidades nas cidades, devido à necessidade de diferentes modais para deslocamento.

No Brasil, a Política Nacional de Mobilidade Urbana almeja o acesso universal à cidade, e se apoia no Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, que deve reger os deslocamentos de pessoas e cargas no território de um Município. A incompreensão do meio sócio-bio-espacial e da dualidade de movimento entre rios e estradas, e entre cidade, vilas e comunidades, submete as expectativas de justa circulação dos arranjos periurbanos amazônicos, à pobreza conceitual do debate sobre a dicotomia rural-urbana, e via de regra, atrela as ações e políticas públicas de matriz rodoviarista estrita (LIMA et al, 2016), em detrimento de um planejamento integrado para aproveitamento da extensa rede hídrica da maior bacia de água doce do planeta, e onde a malha rodoviária é deficiente pela dificuldade de manutenção, frente ao severo regime de chuvas, bem como para efetivamente integrar a rede de comunidades, vilas e cidades. E ainda, segundo Gonçalves (1998), embora as estradas estejam abertas a todos, nem todos dispõem das mesmas condições sociais e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade. Lima et al (2016), menciona também que se nos polos e capitais regionais os sistemas municipais de transporte público de passageiros são desarticulados da mobilidade regional, enquanto sistema único, desejavelmente coeso, as inúmeras rotas de transporte de cargas e de passageiros, que conectam os municípios maiores e os menores, são mais afetadas pelo peso da dinâmica econômica.

A figura 05 informa os modais necessários para que as pessoas possam realizar suas viagens cotidianas e o tempo dessas viagens, de acordo com entrevistados das comunidades do PAE Eixo Forte e da RESEX Arapiuns em Santarém. São tempos longos comparáveis aos das grandes cidades, e pesquisas subsequentes poderão aprofundar o custo das viagens e o impacto desta dificuldade de acesso a serviços de educação e saúde para a população.

4. Desvanecimento de modos de vida e a resistência dos povos no periurbano:

Desvanecer é sinônimo de desaparecer, apagar. A partir do exposto nos verbetes anteriores vê-se o quanto o colonialismo não foi superado, e que este tem sido uma contribuição para o desvanecimento de modos de vida no contexto amazônico e para muitas rupturas (REIS e ANDRADE, 2018). No processo de colonização muitos arranjos sociais e identidades culturais foram desconfigurados, muitos estigmas e violência simbólica sofridos pela população foram consolidados, invisibilizando seus saberes, epistemes e histórias para obtenção de vantagem econômica e expansão do capitalismo. Os colonizadores ibéricos construíram em relação pragmática com o “Outro”: não queriam descobri-lo de forma a aprender novas culturas, novos modos de fazer e viver, mas sim encobri-los e explorá-los. O caminho mais fácil para tornar o Novo Mundo civilizado implicava em demarcar o lugar dos sujeitos que deveriam ser assujeitados, não só em relação aos seus corpos, mas também em sua cultura e sua língua (NOGUEIRA e SAMPAIO, 2020, p. 79). Com o processo de colonização, a Europa inaugurou a relação centro-periferia e, conseqüentemente o imaginário do mundo moderno, e em resultado de tais ações os europeus se posicionaram como sujeitos soberanos da chamada modernidade (MIGNOLO, 2003)

Novos ciclos econômicos reeditaram a colonização pelos brasileiros, facilitando a grilagem, exploração madeireira, avanço da monocultura (como a expansão da soja) e as violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos de lideranças rurais, expulsão de agricultores familiares, desaparecimento de comunidades rurais, degradação ambiental, contaminação das águas, dentre outros (NORONHA e SCHELESINGER, 2006, p. 8). As informações da figura 6 mostram como as estratégias de expansão de terras agrícolas impactam duplamente o território, pela contaminação por agroquímicos e seus resíduos e pelo impacto nas áreas de produção de comunidades camponesas e populações nativas, uma vez que os pesticidas, derivados e fertilizantes sintéticos afetam diretamente seus territórios (PENGUE, 2017).

Os vetores de avanço capitalista se dispersam e contaminam o território de populações dependentes da floresta, que apesar de herdeiros dos saberes ancestrais são apagados pelo novo colonizador; e também afetam as cidades, que recebem o êxodo rural, e sofrem alterações do microclima decorrentes das mudanças de uso nas áreas periurbanas.

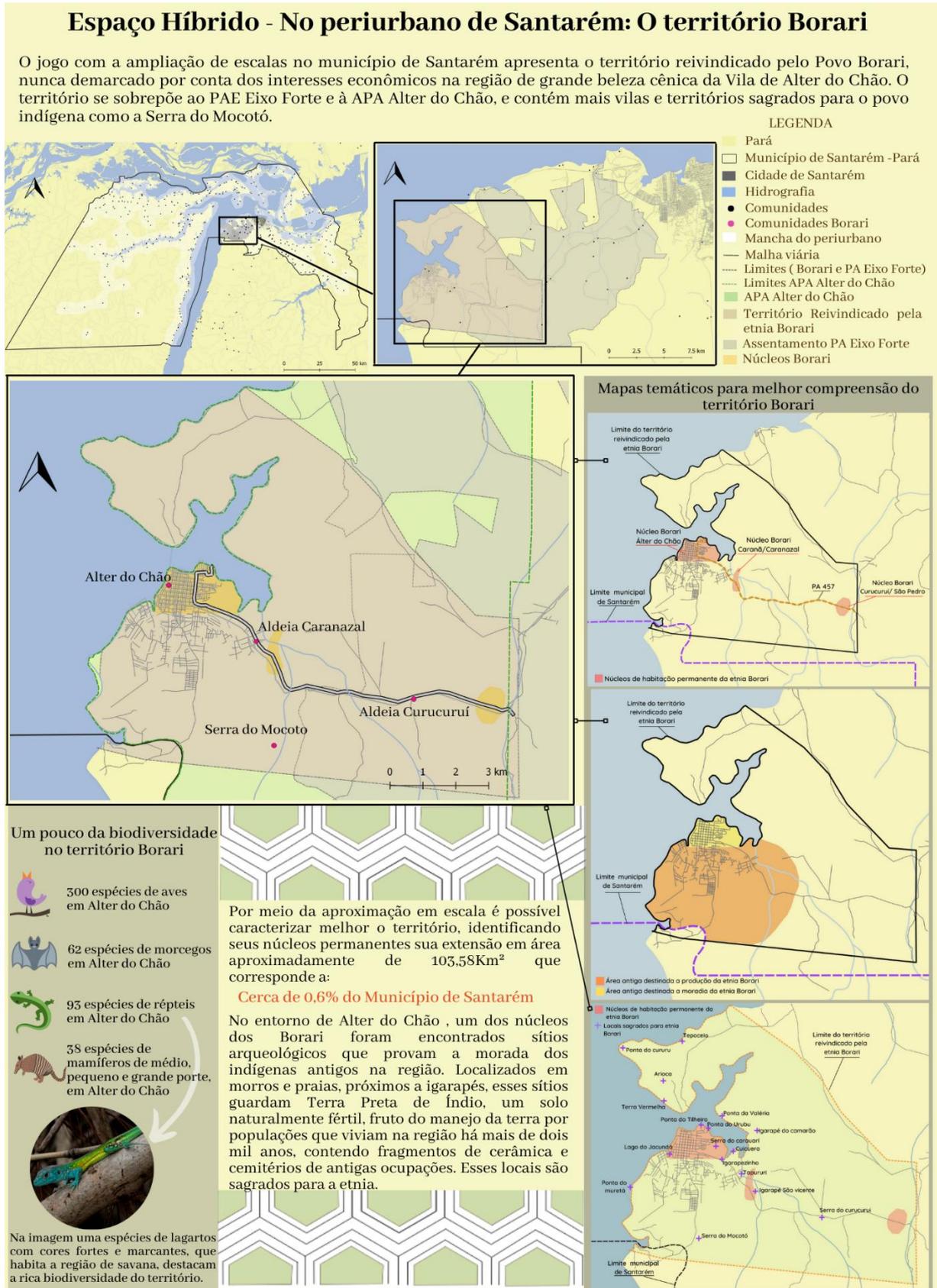


Figura 04: Representação atrelada ao verbete 3, que tem como foco principal o Espaço Híbrido- O caso do território Borari. **Fonte:** IBGE (2015), DNIT (2020), SICAR (2020), INCRA (2019), SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM-STTR (2016), FRENTE DE COMUNICAÇÃO INDÍGENA BORARI, FUNAI (2019), RODRIGUES (2020), PROJETO CONTRACARTOGRAFIAS (2021). Elaborado pelas autoras, 2021.

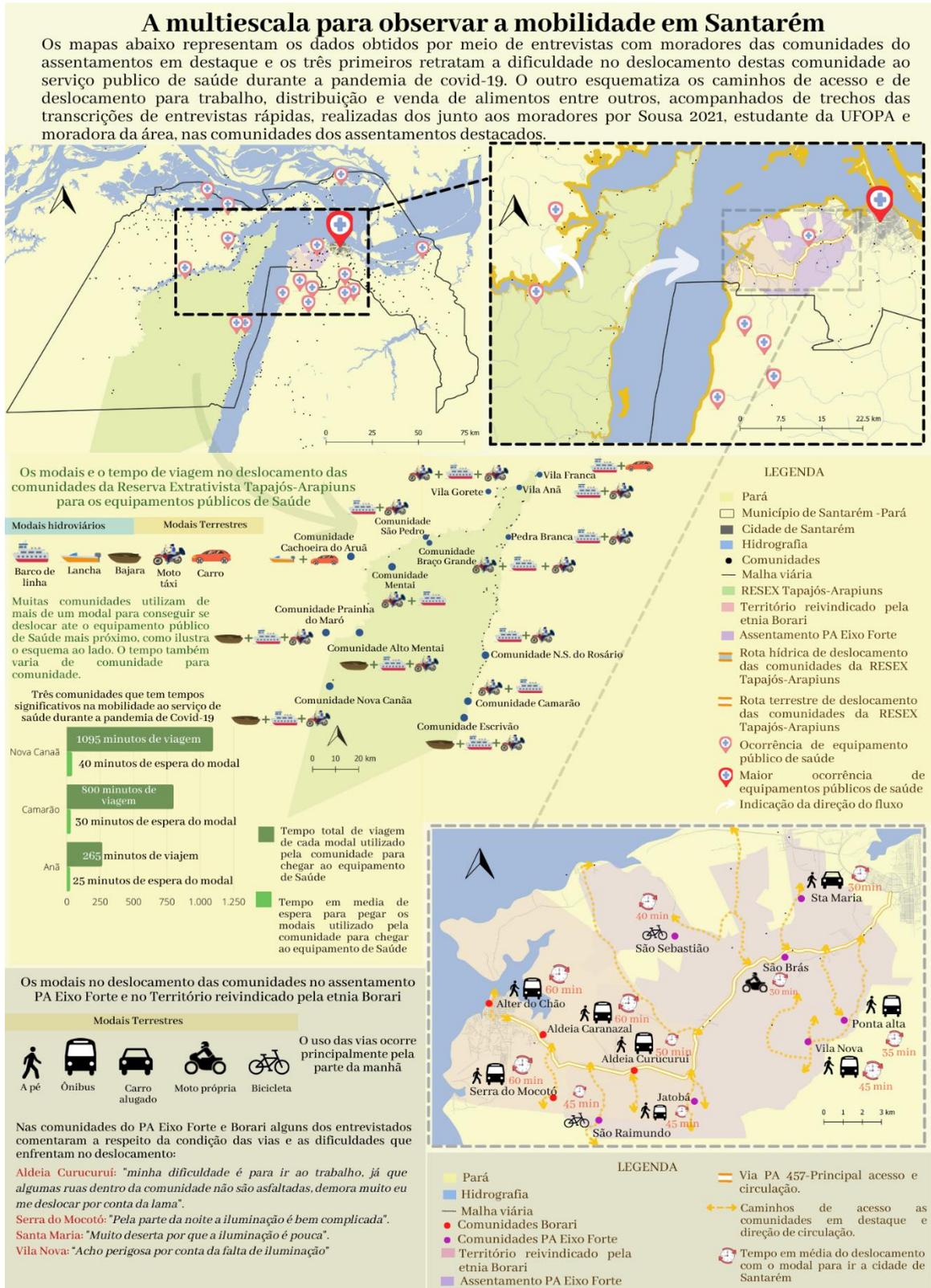


Figura 05: Representação atrelada ao verbete 3, que tem como foco principal a mobilidade nas comunidades do Baixo Amazonas. **Fonte:** IBGE (2015), DNIT (2020), SICAR (2020), INCRA (2019), SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM-STTR (2016), FRENTE DE COMUNICAÇÃO INDÍGENA BORARI (2019), FUNAI (2019), ICMBio (2014), RODRIGUES (2020) E SOUSA (2021). Elaborado pelas autoras, 2021.

A forma de resistência encontrada pelos povos da floresta foi a organização em movimentos sociais e populares de luta por direitos e pelo bem viver nos seus territórios (e ecossistemas) que estão sob permanente disputa (FERRAZ et al., 2020). A figura 06 evidencia os projetos contrastantes: de quem vê a floresta como recuso a ser explorado e de quem luta para preservá-la em nome do Bem Viver, por meio da prática de agroecologia, na defesa das águas e do meio ambiente (FERRAZ et al., 2020). Na região do baixo Amazonas a ameaça da sojicultura à prática de agricultura familiar é incentivada pelas políticas federais. A desterritorialização das comunidades é acompanhada por grilagem de terras e aumento da violência e conflitos que colocam o Pará como um dos Estados com maiores índices de ameaças e mortes no campo devido à criminalidade da extração de madeira (Comissão Pastoral da Terra-CPT diocese de Santarém, 2010).

No cenário atual de pandemia da Covid-19 a suspensão das feiras impacta o escoamento da produção das famílias dos assentamentos, enquanto a produção de commodities pelo agronegócio é incentivada por política nacional de crédito fundiário (FERRAZ et al., 2020). As resistências contra essas ameaças têm formas diferentes, variam desde ações de ocupação de espaços públicos, marchas, fechamentos dos rios ou ruas até a apreensão de madeira ilegal, acima de tudo requerem o fortalecimento dos movimentos, das famílias, da cultura, por meio das práticas cotidianas de sobrevivência, dos projetos comunitários, da democracia participativa e de rede de cooperação social (Comissão Pastoral da Terra-CPT Diocese de Santarém, 2010).

5. Trama dos povos da floresta:

Os verbetes anteriores evidenciam camadas de uma trama de rios e floresta, habitada por populações que vivem e resistem, convivendo e respeitando suas diferenças, unidas no propósito de manutenção do seu modo de vida e de manejo da floresta viva, e que por isso são considerados Povos da Floresta (IPAM, 2015). São indígenas e habitantes tradicionais que baseiam seu modo de vida na extração de produtos como a borracha, a castanha, a balata, os óleos vegetais e outros, ou que se dedicam à caça e à pesca não predatória, bem como à agricultura de subsistência; são grupos sociais que precisam da mata e dos rios para sobreviver, e sabem como utilizar os recursos primários sem destruí-los. São ainda, segundo Lima (2008), seres essencialmente criativos e resistentes à dilaceração milenar de sua cultura.

A figura 07 ilustra a mesoescala, onde vê-se claramente o urbano estendido produzido pelo capitalismo se sobrepor a territórios de comunidades e vilas que compunham o padrão histórico de ocupação humana nativa e dispersa da região, por meio de uma malha de infraestrutura logística que articula áreas de exploração (de madeira, de minério, de potencial hidrelétrico, fazendas de gado e campos de soja), a portos e a metrópoles globais (CARDOSO et al, 2018). Uma das camadas dessa trama são os Assentamentos que se sobrepõem às áreas de proteção ambiental, onde é possível notar a permanência de significativo mato vegetal, que é meio de vida e produção de alimentos dos Povos da Floresta. Os projetos de assentamentos agroextrativistas fazem parte de um processo histórico de construção, motivado pela necessidade de garantir às famílias assentadas o uso sustentável da terra, onde historicamente vivem e produzem, o PAE Eixo Forte, por exemplo, foi regularizado em dezembro de 2005 para atendimento de 1.029 famílias (SILVA et al, 2017).

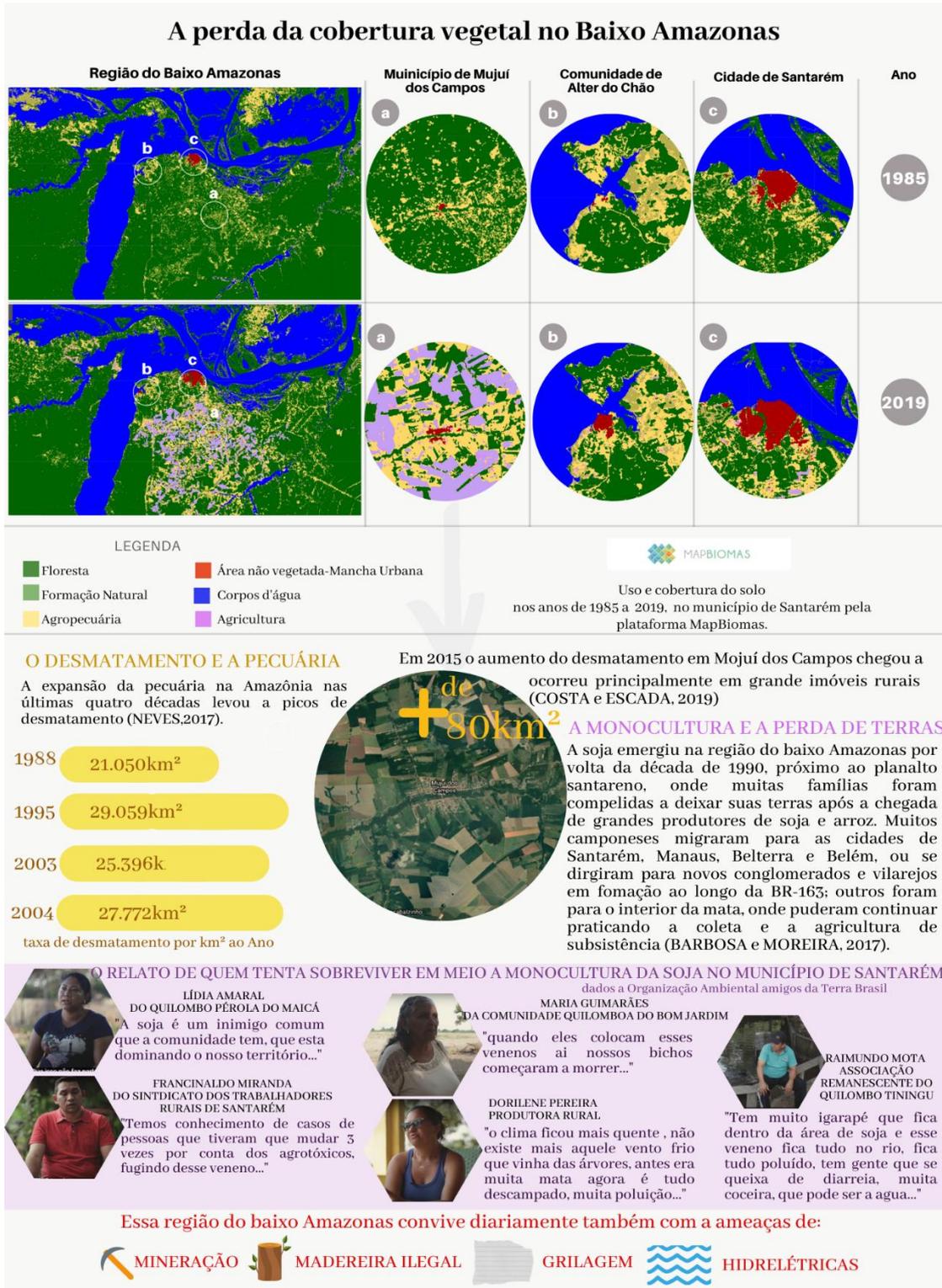


Figura 06: Representação atrelada ao verbete 4, que tem como foco principal a perda vegetal e avanço em territórios de comunidades no Baixo Amazonas. **Fonte:** MAPBIOMAS (2019), NEVES (2017), COSTA & ESCADA (2019), BARBOSA & MOREIRA (2017), ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL AMIGOS DA TERRA BASIL (2020). Elaborado pelas autoras, 2021

A trama dos povos da floresta na análise do periurbano em Santarém

A trama que é possível representar dos habitantes do entorno da cidade de Santarém no Pará, que chamaremos de Trama de Povos da Floresta, abrange comunidades inseridas em territórios extensos, de um mosaico de assentamentos que mantêm expressiva vegetação em pé, e se relaciona diretamente com os rios. A população desta trama tem relação com a cidade, move-se até ela para acessar os equipamentos públicos, e a abastece com alimentos saudáveis, produzidos em hortas ou quintais produtivos, em áreas coletivas onde moram e produzem.

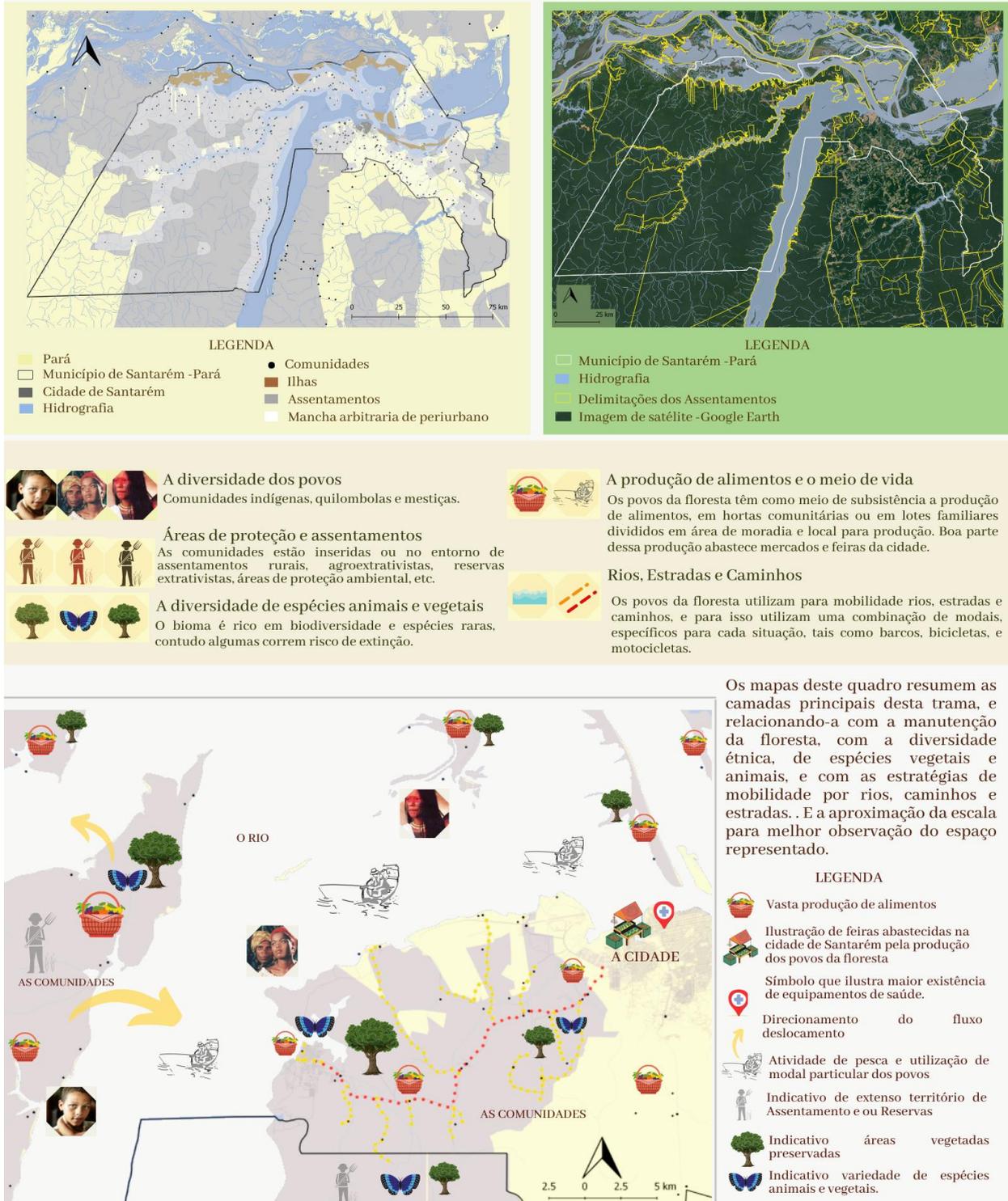


Figura 07: Representação atrelada ao verbete 5, que tem como foco principal a Trama dos povos que habitam o entorno da cidade de Santarém. **Fonte:** IBGE (2015), DNIT (2020), SICAR (2020), INCRA (2019), STTR (2016), www.contracartografias.com, GOOGLE EARTH (2019). Elaborado pelas autoras, 2021.

Outra camada dessa trama é o periurbano estendido, constituído pelas comunidades, e onde manter o que sempre existiu e foi capaz de coexistir com a floresta será a efetiva virada ambiental na região, bem mais radical do que o reflorestamento de áreas antropizadas da prática europeia (CARDOSO, 2021, p. 8). As Ilhas se articulam às camadas descritas, e também participam da dinâmica que envolve os Povos da Floresta, localizadas nas regiões de várzea e partilham também de estratégias consolidadas de manejo e controle da pesca (FERREIRA & SILVA, 2017). A hidrografia, estradas e caminhos são outras camadas da trama, que permitem a mobilidade desses povos. A questão hídrica é contraditória, a abundância de água não garante acesso e manutenção deste recurso. Problemas de navegação, poluição e projetos hidrelétricos afetam os rios, que também deixam de ser fonte de alimento e espaços de lazer público. Os acessos terrestres carecem de pavimentação, e não contam com infraestrutura e arborização para atender pedestres ou ciclistas, priorizam os veículos motorizados.

CONCLUSÃO

O contexto amazônico requer um planejamento territorial capaz de reconhecer diversas narrativas como válidas, de mediar os conflitos que emergem quando escalas são articuladas, e de priorizar as soluções adequadas aos ciclos da natureza. Os resultados apresentados demonstram de forma clara o juízo de valor que os mapas carregam. Esta constatação fortalece a necessidade de diálogo sobre o seu uso como um instrumento de luta, contra a violência hegemônica simbólica aplicada às formas tradicionais de moradia, produção e organização espacial. Suscita a reflexão sobre o porquê da carência de dados sobre os territórios periurbanos amazônicos e sobre populações nativas nas bases governamentais;

ou da falta de segurança; da fiscalização deficiente e inadequação de políticas públicas; sobre o quanto isto fortalece a exploração de recursos naturais e a especulação com a terra, levando à desterritorialização de comunidades. A incompreensão destes arranjos também resulta na carência de equipamentos básicos (Escolas, posto de saúde etc.) e de infraestrutura básica (como saneamento, energia elétrica e outras).

A relação entre o homem e o espaço é inexorável, por isso o conhecimento sobre ferramentas gráficas e plataformas e de padrões socioespaciais é tão importante para a ampliação da visibilidade das demandas de populações que protegem as florestas, e para a geração de parâmetros a serem considerados em uma gestão territorial regeneradora da floresta na Amazônia.

AGRADECIMENTO

CNPQ Processos 307537/2018-8 e 430801/2016-5.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **3º Módulo do Curso Regional de formação Político- sindical da região Nordeste**. UNB. 2007.
- BARBOSA, J. A.; MOREIRA, E. C. P. Impactos sócio ambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **UNI7**. v.14, n.1, p.73-87, 2017.
- BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. **E-metropolis**, ano 5, n.19, 2014.
- BRUNO, R & MEDEIROS, L. Razões das evasões nos assentamentos rurais. **Relatório preparatório para o MEPF. Convênio FAO/INCRA, Mimeog** Brasília, novembro de 1989.
- CARDOSO, A.C.D.; MELO, A. C.; GOMES, T. O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. **Revista de Morfologia Urbana**. v.4, n.1, p. 5-28, 31 jul. 2017.
- CARDOSO, A.C.D.; SILVA, H.; Melo, A. C.; & FERNANDES, D. Urban Tropical forest: Where nature and human settlements are assets for overcoming dependency, but how can urbanisation theories identify these potentials? In P. Horn, P.

- Alençon, & A. C. D. Cardoso (Eds.), **Emergent urban spaces**, Chalm: Springer, pp.177-200, 2018.
- CARDOSO, A.C.D.; CARDOSO, C.L. Caracterização de padrões de urbanização portadores de sociobiodiversidade na Amazônia Oriental. **Relatório Técnico Científico**, PIBIC.2020
- CARDOSO, A.C. D.; LIMA, J. J. F.; PONTE, J. P. X.; NETO, R. S. V.; RODRIGUES, R. M. Morfologia Urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190275. 2020.
- CARDOSO, A. C. D. Que contribuições virão de Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? **THESIS. Texto submetido ao ANPARQ**.2021
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Povos da Floresta: Resistência contra o grande capital no Baixo Amazonas. **Diocese de Santarém** .2010.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, p.39-68. 1987.
- COSTA, L. & ESCADA, M. I. S. Análise das áreas desmatadas nos imóveis rurais de Mujuí dos Campos, Pará. **INPE**. 2019.
- DNIT. Rodovias do Brasil.[**Cartografia digital, formato Shapefile**]. Downloads. 2020.
- FERRAZ, C.; PAULA, G.; DORNELES, L.; VIANA, A. W.; JARDIM, H. Territórios, Resistências, Direitos e Bem Viver. **Amigos da Terra Brasil e Grupo Carta de Belém**. 2020.
- FERREIRA, R. R., SILVA, R. E. da. Acordo de pesca como gestão dos recursos: o caso da ilha de São Miguel, Santarém, Pará. **Amazonia. Ver. Antropol.** (Online) 9 (1): 156-178. 2017.
- GOMES, T. V.; CARDOSO, A. C. D.; COELHO, H. S.; OLIVEIRA, K. D. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cad. Metro**. V.19, n.40, pp.891-918. São Paulo. 2017.
- GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. **Contexto**. São Paulo. 1989.
- GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. **Contexto**. São Paulo. 2005.
- HALDER, Severin; HEYER, Karl; MICHEL, Boris; GRETH, Silke; BAUMGARTEN, Nico; BOOS, Philip; DOBRUSSKIN, Janina; SCHWEIZER, Paul; VIRCHOW, Laurenz; LAMBIO, Christoph. Kollektiv Orangotango (ed). This is Not Na Atlas-A Global **Collection of Counter-Cartographies**. Social and Cultural Geography. v26.2018.
- IBGE. Limites municipais Pará. Malha Municipal. [**Cartografia digital, formato Shapefile**]. Downloads, 2015.
- INCRA. Para informações gerais assentamentos rurais INCRA. [**Cartografia digital, formato Shapefile**]. Exporta Shapefile. 2019
- ICMBIO. Plano de Manejo, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. V1. Diagnostico. **Ministério do Meio Ambiente**. Brasília. 2014.
- IPAM, Amazônia. Povos da Floresta. **Glossário IPAM**. 2015.
- JACOBI, P. R.; LAMPIS, A; TORRES, P. H. C.; LOENEL. A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. **O Social em Questão**. Ano XXIII, n.48, p.75-96. 2020.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. **Centauro**. São Paulo. 2001[1968].
- LEFF, E. Epistemologia ambiental. **Cortez**. São Paulo. 2001.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentavel**. V.3, n.1.Porto Alegre.2002.
- LIMA, Elane Andrade Correia. Diálogos com a Natureza, Saberes dos povos da floresta amazônica. **IV ENECULT**.UFBa. 2008.
- LIMA, J.J.; RODRIGUES, R. M., PONTE, J. P. X. Planos diretores, instrumentos urbanísticos e a atuação municipal na questão urbana e ambiental. Gestão e governança local para a Amazonia sustentável: **notas técnicas**. **IBAM**.2016
- LOPES, J. 1499 O Brasil antes de Cabral. 1. ed. **ISBN, LTDA**, Harper Collins, Rio de Janeiro, 2017.
- LOUREIRO, V. Amazônia: estado, homem, natureza. 3º ed. Belém: **Cultural Brasil**, 2014.
- MADRUGA, L.A. Relações internacionais e o Eurocentrismo: A crítica do pensamento Decolonial e o bem viver como alternativa. **Interfaces Científicas-Humanas E Sociais**, v.8, n.3, p.173-188. 2020.
- MAIA, R. O. M.; RAVENA, N.; MARIN, R. E. A. Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará. **Revista Nera**,ano 20, n.35, pp.153-173, janeiro,2017.
- MAPBIOMAS Brasil. Plataforma online. Projeto MapBiomass- **Coleção [2020] da série anual de mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**, acessado em [10/03/2020].
- MARTINELLI, Marcello. As Cartografias e os Atlas geográficos escolares. **Revista da ANPEGE**, V.7, n.1, número especial, p. 251-260, outubro.2011.
- MIGNOLLO, W. Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes, Subalternos e pensamento limiar. **UFMG**. Belo horizonte. 2003.
- MIRANDA, Lívia Izabel Bezerra. Produção do Espaço e Planejamento em Áreas de transição Rural-Urbana: o caso da região Metropolitana do Recife-PE. **Dissertação. PPGDU**. UFP.2008.
- MOTA, J. S.; SILVA, D. W. & PAULETTO, D. A inserção de produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Santarém, PA. **Revista Agricultura Familiar, pesquisa formação e desenvolvimento**. V.15, n.1, p.92-114. 2021
- NAKANO, Anderson Kazuo. Desenvolvimento Urbano e Territorial em municípios periurbanos-

- Diferenciações no universo de municípios brasileiros. **Anais do XIV ENANPUR**, v.14, n.1. 2011.
- NEVES, K. A. L. Pecuaría na amazonia e o desafio da Sustentabilidade. **Tese. PPGSND. UFOPA**. 2017
- NORONHA, S. e SCHLESINGER, S. O Brasil Está Nu! Os caminhos e descaminhos da soja, o grão que cresceu demais. **FASE**. Rio de Janeiro 2006.
- NOGUEIRA, M. G. C. & SAMPAIO, S. M. G. Entre mouras encantadas e encantados da Amazônia: Uma abordagem Decolonial. **Rev.Bras. Lit. Comp.** V.22,n.39,p.77-84. 2020.
- OCANÃ, A.O.; LÓPEZ, M. I.A.; CONEDO, Z. E. P. Hacia una pedagogía decolonial en/desde el sur global. **Revista nuestrAmérica**. V.6, n. 12, p. 195-222. 2018
- OLIVEIRA, Kamila Diniz; CARDOSO, Ana Claudia Duarte. Entre a Várzea e a Terra Firme, Estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na região do Baixo Tocantins. **Dissertação.PPGAU. UFPA**. 2020.
- ODISSEIA, resultados da pesquisa “Consolidando a agricultura familiar” (2019) STTRs Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra e INCT Odisseia (Nº 16-2014). **Cartilha**. 2020.
- ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL AMIGOS DA TERRA BASIL. **Acervo Multimídia**. 2020
- PENGUE, W. A. Agroecología y Urbanismo en el siglo XXI: Hacia la generación de escudos Verdes Productivos en los Pueblos y Ciudades de la Argentina. **Revista Frontera**. Ano 15, n. 15, p. 30-45. 2017
- PMS. Prefeitura Municipal. Lei nº 189/2018. Estabelece o Plano Diretor do Município de Santarém. **Diário Oficial do Município de Santarém**, 2018.
- RAMOS, G.C.D. Ciudad y Buen Vivir: Ecología Política Urbana y alternativas para el bien común. **Revista Theomai**, n.32, 2015.
- REIS, M. De N. & ANDRADE, M.F.F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico-Bimestral**, v.17, n.202, p. 01-11. 2018.
- RODRIGUES, Y. S. **Relatório Científico: Projeto de pesquisa alternativa de desenvolvimento decolonial**. UFPA. 2021
- SALADA, K. Y. Estudo pessoa-ambiente-gênero a partir da vivência das terras caídas numa várzea amazônica: análise do afeto ao lugar em Fátima de Urucurituba no Eixo Forte/Santarém-PA. **Dissertação de Mestrado/p**. 78-140 UFOPA. 2020.
- SILVA, V.A.; CARDOSO, C. M.; BENTES, A. J. M.; VIEIRA, T.A. Assentamento agroextrativista e a dinâmica de desenvolvimento na Amazônia: um estudo de caso da comunidade São Braz no PAE eixo Forte em Santarém/PA. **Anais do VIII SIDR, Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**. Santa Cruz do Sul-RS. 2017.
- SICAR. Hidrografia do Município de Santarém. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. [Cartografia digital, formato Shapefile]. Base de Downloads. 2020.
- SOUZA, J. G.; SHAAN, D. P.; ROBINSON, M.; BARBOSA, A. D.; ARAGÃO, L.E.O.C.; JR. MARIMON, B. H.; MARIMON, B. S.; SILVA, I. B. da; KHAN, S. S.; NAKAHARA, F. R. & IRIARTE, J. Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. **Nature Communications**, v. 9, n. 1125, p. 1-10, 2018.
- SOUZA, Ewellym Cristina Santos de. Acessibilidade aos serviços de transporte hidroviário do baixo amazonas e acesso aos serviços em comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiunns, Santarém-PA: Uma Abordagem Intermodal. **TCC. UFOPA**. 2021
- SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido; Natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. A duração das cidades, sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Henri Acselrad (org.). **Coleção espaços do desenvolvimento**, DP&A Editora. RJ.2009
- SCHIAVINATTO, M. A Soberania Alimentar no Desenvolvimento Territorial Rural no Mercosul: os movimentos sociais e as políticas públicas em debate. Prepared for delivery at the 2016 **Congress of the Latin American Studies Association**, New York, New Yor. 2016
- TOLEDO, V.; BERRERA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. **Expressão Popular**. São Paulo. 2015
- TRINDADE JR, S.C. Diferenciação espacial e formação de sub-região: baixo Tocantins na Amazônia Oriental. **Questões Nacionais e regionais do Território Brasileiro**. **Expressão Popular**, v.1, p. 313-329. São Paulo, 2009.
- VICENTE, L.R.; CARDOSO, A. C. D. Tipologias Espaciais da várzea Amazônica, estudo morfológico de assentamentos em Afuá (PA). **Revista Projetar, projeto e percepção do ambiente**, v.5, n.3,2020.
- VICENTE, L.R.. Memorial de Qualificação: Do silêncio à Urbanização Extensiva: a constituição do espaço periurbano de Belém (PA) a partir de suas diferentes formas de exercer centralidade. **PPGAU. UFPA**. 2021.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. **Studio nobel**. 1998
- WACHSMUTH, D. & ÂNGELO, H. Urbanizing political ecology: a critique of methodological cityism. **International Journal of Urban and Regional Research**. P. 1-14, 2014
- WACHSMUTH, D. & ÂNGELO, H. Green and gray: New ideologies of nature in urban sustainability policy. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 108, n. 4, p. 1038-1056, 2018
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da**

ANPOCS. GT17. Processos sociais agrários.
Caxambu-MG. 1996